

# Política


**NO PORTAL**  
 Renúncia.

 Deputado acusado de pagar pistoleiro deixa o cargo  
[estadão.com.br/e/renuncia](http://estadão.com.br/e/renuncia)

**Legislativo paulista.** No mês em que centenas de milhares de manifestantes foram às ruas, deputados estaduais reajustaram repasses a funcionários sem registrar nada em documentos, em medida que pode custar R\$ 4,3 milhões a mais para os cofres públicos

## Assembleia aumenta bônus de gabinete dias após Justiça barrar auxílio-moradia

### BENEFÍCIOS

● Assembleia Legislativa de São Paulo tem orçamento previsto para 2013 de R\$ 844 milhões; Casa possui 94 deputados

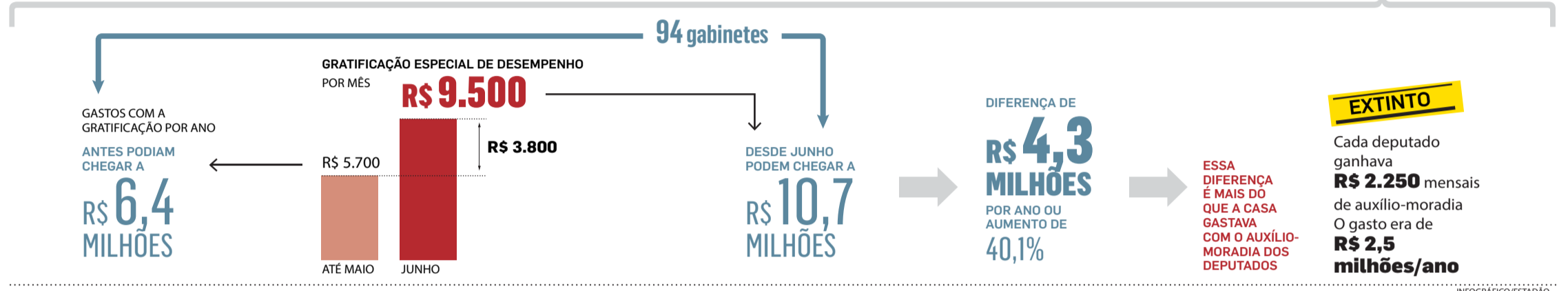
Salário de um deputado  
**R\$ 20.042**

Verba de gabinete  
**R\$ 22 mil**

Verba para contratação de assessores:  
**R\$ 94,8 mil**  
que podem ser usados para contratar até **32 pessoas**

Direito a um carro oficial

Gratificação Especial de Desempenho (GED)  
**R\$ 9.500**



Fernando Gallo

Três semanas após o Tribunal de Justiça determinar o fim do pagamento de auxílio-moradia aos deputados estaduais, a Assembleia Legislativa paulista aumentou o valor da verba disponível para que os parlamentares distribuam entre os servidores de seus gabinetes – a chamada Gratificação Especial de Desempenho (GED).

Até 1.º de junho, os parlamentares tinham até R\$ 5.700 para distribuir mensalmente entre seus funcionários a título de GED, o que representa 1,5 cota da gratificação – atualmente, cada cota equivale a R\$ 3.800. A partir desta data, os parlamentares passaram a ter direito a 2,5 cotas, ou seja, a R\$ 9.500. O gasto com a medida, que pode chegar a R\$ 4,3 milhões anuais, deve superar o dispêndio da Casa com o extinto auxílio-moradia, que era de R\$ 2,5 milhões. A medida passou a valer no mês em que centenas de milhares de pessoas foram às ruas no País demonstrar sua insatisfação com os políticos.

O aumento da verba foi adotado discretamente. Não houve re-

gistro em documentos. O deputado estadual Major Olímpio (PDT) confirmou a elevação da verba.

O Estado ainda colheu depoimentos de servidores que, sob a condição de anonimato, disseram que alguns parlamentares pedem o dinheiro para eles.

**Fim.** A extinção do auxílio-moradia, benefício de R\$ 2.250 que era recebido mensalmente pelos 94 deputados, foi determinada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 9 de maio – duas semanas antes de os parlamentares elevarem a verba destinada a servidores nos gabinetes.

Em 17 de maio a Assembleia desistiu de recorrer e criou no lugar o auxílio-hospedagem, este de caráter indenizatório – e não remuneratório, como era o auxílio-moradia. Esse auxílio só é pago aos deputados que não moram na região metropolitana e ou não têm imóvel na cidade de São Paulo. Eles podem ser indenizados por valores que vão até R\$ 2.850 mensais.

A medida aumenta o teto de gastos dos gabinetes com a GED de R\$ 6,4 milhões para R\$ 10,7 milhões por ano. Esse valor seria

### Parlamentares do Brasil estão entre os mais caros, diz estudo

● Um estudo publicado ontem pela revista *The Economist* revelou que os parlamentares brasileiros estão entre os mais caros do mundo. Segundo o levantamento, deputados e senadores recebem cerca de 13 vezes o PIB per capita-

alcançado caso todos os deputados fizessem a atribuição integral da cota – a maioria o faz.

**Relatos.** Um funcionário da Assembleia relatou a reportagem que tem de repassar ao deputado a que serve o valor atribuído como GED. “Não é correto, né? Mas é uma prática que ocorre.” Também com o pedido de sigilo sobre seu nome, um deputado contou que um funcionário de uma colega parlamentar lhe disse que em dia de pagamento muitos servidores do gabinete fazem fila para devolver valores.

ta do País. No Brasil, sem os respectivos benefícios, deputados federais e senadores têm um salário de R\$ 26,7 mil; os deputados estaduais, de R\$ 20.042.

A lista publicada pela revista é liderada pela Nigéria. Lá, parlamentares recebem cerca de 116 vezes o PIB per capita do país. Em seguida, vem o Quênia. Parlamentares quenianos têm ganhos que representam cerca de 76 vezes o PIB per capita do país.

“Dá vontade de chamar a Polícia Federal para averiguar isso.”

Outro funcionário relatou haver casos de deputados que atribuem cotas inteiras para funcionários que acabaram de ser nomeados nos gabinetes. “Se é uma premiação por desempenho, como é que um servidor recém-contratado recebe uma cota inteira tão logo chega à Assembleia?”

O auxílio-moradia foi o segundo benefício que os deputados recebiam e que foi extinto pela Justiça. O primeiro foi o auxílio-paletó, em novembro de 2011. Pelas regras da Casa, os 94 depu-

tados recebiam dois salários a mais por ano pagos em duas parcelas – a primeira era paga integralmente no início do ano, a outra em dezembro aos que compareciam a pelo menos dois terços das sessões legislativas.

Há dez dias a própria Assembleia suspendeu um auxílio-saúde que instituiu para reembolsar deputados por gastos não cobertos pelos seus planos de saúde. O valor do reembolso poderia ser de até R\$ 100 mil. A providência foi tomada depois que o Ministério Público abriu um inquérito para apurar os ressarcimentos. O auxílio-saúde havia sido criado em outubro de 2012.

O fim do auxílio-paletó e do auxílio-moradia foi pedido pelo Ministério Público, o que ocorreu os ânimos entre as instituições.

Ontem, o Estado mostrou que, atendendo a pedido de associações e sindicatos de funcionários, a Assembleia aprovou uma medida que possibilita aos servidores que vendam integralmente a licença-prêmio, período de 90 dias de descanso a cada cinco anos trabalhados. A mudança feita pela Casa pode trazer um impacto anual de até R\$ 1,5 milhão.

### Não há relação com fim de benefício, afirma assessoria

A Assembleia Legislativa afirmou, em nota, que “os gabinetes de deputados não dispõem de GEDs que possam ser atribuídas”. “Tal faculdade compete às lideranças partidárias e aos departamentos da Assembleia, que selecionam os funcionários mercedores”, afirmou a Casa

em nota enviada pelo Departamento de Comunicação.

Em outro trecho da nota, a Assembleia admite, porém, que o bônus pode ser dado inclusive por “procurador-chefe, secretário-geral parlamentar, secretário-geral de Administração ou chefe de gabinete”. Ou seja, o

número dois de cada deputado estadual tem essa atribuição.

A Assembleia não quis se pronunciar sobre o fato de o deputado Major Olímpio ter afirmado que, na prática, são os próprios deputados que determinam quem vai e quem não vai receber o bônus em seu gabinete.

**Sem relação.** O Legislativo paulista sustentou não haver “nenhuma relação entre o auxílio-moradia e a referida gratificação”. “Esta é creditada exclu-

sivamente no holerite do funcionário. Deputados não recebem tal gratificação”, afirmou a nota divulgada pela Casa.

A Assembleia não quis informar quanto gastou com a Gratificação Especial de Desempenho de 2011 a 2013.

“A atribuição de GED depende da existência de recursos orçamentários, cujo montante condicionará a quantidade de servidores abrangidos e os valores atribuídos”, disse apenas.

A Assembleia sustentou, ain-

da, que a Lei Complementar 1011/2007 foi a que estabeleceu as GEDs, posteriormente regulamentadas por dois atos da Mesa Diretora da Casa, o ato 16/2007 e o ato 25/2008.

“A Lei e os Atos da Mesa foram publicados no *Diário Oficial*. A atribuição das GEDs aos funcionários também é sempre publicada no *Diário Oficial*”, diz a nota. “A GED é uma gratificação que premia os servidores que mais se destacam no cumprimento de suas tarefas”. /F.G.

### PARA LEMBRAR

#### Auxílio-moradia valeu até maio

Os 94 deputados da Assembleia paulista recebiam até maio passado R\$ 2.250 de auxílio-moradia – que era pago, indistintamente, a quem tivesse ou não tivesse residência na capital. A moradia acabou no dia 9 daquele mês, quando o juiz Manuel Fonseca Pires, da 13.ª Vara da Fazenda Pública, decretou a “imediatamente suspensão” do benefício, sob pena de os responsáveis “responderem por ato de improbidade administrativa”.

A decisão atendia a pedido feito em janeiro pelos promotores Saad Mazloum e Sílvio Marques – e representava para os cofres estaduais uma economia de R\$ 2,5 milhões anuais. Em sua argumentação, o juiz Fonseca Pires ressaltava que “não há critério algum ao suposto reembolso”, visto que ele beneficiava por igual quem tivesse tido a despesa ou não. Para não assumir a derrota, a Mesa da Assembleia divulgou nota em que comunicava “a revogação parcial da lei 14.926/13”, no trecho que citava especificamente o auxílio-moradia.

Dias depois, os deputados contra-atacaram. Em acordo entre partidos, adotou-se a chamada bolsa-hospedagem, de R\$ 2.850. Mas ela veio em novo formato: só vale para quem mora fora de São Paulo e só paga os gastos que estão comprovados em notas.

## Casa ignorou ‘agenda positiva’ pós-protestos

♦ Ao contrário de outros legislativos, Assembleia paulista não elaborou uma pauta de votações em resposta às ruas

♦ **Valmar Hupsel Filho**  
♦ **Marcelo Portela**

♦ Ao contrário de outros Parlamentares que tentaram adotar uma “agenda positiva” após as manifestações de junho, a Assembleia Legislativa de São Paulo não aprovou nenhum projeto de lei em resposta às ruas. O argumento utilizado pelos deputados governistas é que, com a revogação do aumento das passagens de ônibus, trens e metrô, não havia mais nada a fazer.

Eles dizem que a pauta dos protestos foi mais direcionada ao governo federal. “Além disso, por conta de uma legislação concentradora de poderes ao Executivo, as assembleias ficam engessadas em sua capacidade de legislar”, diz o presidente do Legislativo paulista, deputado Samuel Moreira (PSDB).

Segundo ele, a principal interferência das ruas na atividade parlamentar em São Paulo aconteceu de forma “indireta”, quando o Congresso enterrou a PEC 37, que propunha a restrição dos poderes de investigação criminal do Ministério Público.

“Isso fez com que as bancadas mudassem de posição com relação à PEC 01”, disse o tucano, referindo-se ao projeto de autoria do deputado estadual

Campos Machado (PTB) que tira poder dos promotores do Estado. A PEC 01 só deve ir à votação em agosto, após o recesso.

Moreira argumenta que pautas que entraram em votação no Congresso e em outras Casas legislativas, como a adoção do voto secreto, já estavam em vigor em São Paulo antes das manifestações. “Voto aberto existe em São Paulo desde 2001”, disse o deputado.

A oposição, porém, sustenta que a Assembleia deveria, sim, adotar uma “agenda positiva”.

Para o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), seus colegas “acomodaram” e se mantiveram alheios às ruas porque não foram questionados diretamente. Giannazi lembra que em pelo menos três oportunidades

### ♦ Oposição e situação

♦ **“A Assembleia de São Paulo vive em um ‘universo paralelo’”**  
♦ **Carlos Giannazi (PSOL)**  
DEPUTADO ESTADUAL

♦ **“Voto aberto existe em São Paulo desde 2001”**  
♦ **Samuel Moreira (PSDB)**  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

no mês de junho, milhares de manifestantes passaram pela porta da Assembleia, mas não houve pressão direta como no Rio, por exemplo. “A Assembleia vive em um ‘universo paralelo’, sem tomar conhecimento ao que acontece no mundo”, disse o deputado da oposição.

Enquanto e depois de as pessoas lotarem as ruas, as principais discussões em São Paulo continuaram sendo a perda ou não do mandato do vice-governador, Afif Domingos, em função de sua nomeação como ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa; o projeto que permite a alienação de imóveis públicos para a formação de parcerias público-privadas e, mais timidamente, a PEC 01.

**CPis.** Para o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT), as Comissões Parlamentares de Inquérito que funcionam na Assembleia são um exemplo da falta de sintonia com as ruas. “Os governistas aprovam temas como gordura trans, pesca predatória ou telemarketing para que as propostas para investigar irregularidades na Fundação de Desenvolvimento da Educação ou no metrô fiquem engavetadas.”

Em outras Assembleias, como a do Rio, onde o prédio chegou a ser invadido e depredado, a resposta foi dada no fim de junho, quando um projeto de autoria conjunta entre três parlamentares propôs a instituição do voto aberto para cassações de mandato. Na sexta, o colégio de líderes se reuniu para discutir uma “pauta positiva”.

Em Minas Gerais, o deputado estadual Sávio Souza Cruz (PMDB), da oposição, afirmou que, apesar de a Assembleia votar “só o que o governo quer”, a pressão popular acabou surtindo efeito. Na terça-feira passada, os deputados aprovaram proposta de emenda constitucional (PEC) extinguindo o voto secreto, que ainda era usado, por exemplo, em vetos do Executivo, definição de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e processos de cassação de parlamentares.